

**Recebido em:** 30-09-2018

**Aceito em:** 12-12-2018

## **BIBLIOTECA DA PENITENCIÁRIA DE FLORIANÓPOLIS: UM ESPAÇO SOCIOCULTURAL E EDUCATIVO**

**Amabile Costa<sup>1</sup>**

**Daniella Camara Pizarro<sup>2</sup>**

**Camila Monteiro de Barros<sup>3</sup>**

**Resumo:** Este trabalho versa sobre as manifestações de importância dos funcionários do complexo penitenciário de Florianópolis no que tange a sua Biblioteca. Utilizou-se um questionário para coleta e para análise dos dados optou-se pela análise de conteúdo de Bardin, com três categorias: Vivências e experiências nas bibliotecas, percepção em relação a biblioteca da Penitenciária de Florianópolis e papel social da biblioteca e atendimento as apenadas. Como resultados ressalta-se que os funcionários destacam a importância da Biblioteca tendo em vista a organização do seu acervo e o empréstimo de livros, possuem consciência de que a Biblioteca da Penitenciária de Florianópolis tem como público-alvo principal os reeducandos do Complexo e tem relevante papel educativo, social e cultural.

**Palavras-chave:** Bibliotecas Prisionais. Penitenciária de Florianópolis. Remição da pena por meio da leitura.

### **1 INTRODUÇÃO**

O sistema prisional é constituído por meio de direitos e deveres, tanto dos reeducandos para com o sistema prisional, quanto do sistema prisional para com as reeducandos<sup>4</sup>. Esses direitos e deveres, no Brasil, estão instituídos nas seguintes Lei Federal de Execução Penal (LEP) nº 7.210 de 1984 (BRASIL, 1984); Lei Federal nº 12.433 de 2011 (BRASIL, 2011); Lei Federal nº 13.163 de 2015 (BRASIL, 2015) e Recomendação nº 44 de 2013 - Remição de Pena pela Leitura.

A LEP é dividida em capítulos, seções e artigos que tratam dos direitos e deveres de cada reeducando e do estado. O capítulo II “da assistência”, seção V “da assistência educacional”, artigo 17 diz que “a assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado” (BRASIL, 1984, p. 3) além do artigo 21, inciso cinco, no qual a lei apresenta a disponibilidade de bibliotecas, em condições legais, e seus acervos.

<sup>1</sup> Graduada em Biblioteconomia habilitação em Gestão da Informação pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Mestranda em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PGCIN) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E mail: amabilecosta.m@gmail.com

<sup>2</sup> Professora do Departamento de Biblioteconomia da Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC), coordenadora do Programa Novos Horizontes: a Universidade nos espaços de privação de liberdade. E mail: daniellapizarro@hotmail.com

<sup>3</sup> Professora do Departamento de Ciência da Informação e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E mail: camila.c.m.b@ufsc.br

<sup>4</sup> Pessoas que estão em espaços de privação de liberdade



A Lei Federal nº 12.433, de 2011, que é a alteração dos artigos 126, 127, 128 e 129 da Lei Federal de Execuções Penais nº 7.210 explica, também, como serão os direitos e deveres das reeducandos por meio da remição da pena por trabalho e por estudo em regime fechado ou semi-aberto (BRASIL, 2011a).

O decreto nº 7.626 sancionado em 11 de novembro de 2011 “institui o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional” (BRASIL, 2011b). O artigo seis deste decreto afirma que o Ministério da Educação e o Ministério da Justiça, deverá “promover a distribuição de livros didáticos e a composição de acervos de bibliotecas nos estabelecimentos penais” (BRASIL, 2011b).

A Recomendação nº 44 de 2013, sancionada pelo ministro Joaquim Barbosa foca na Remição de Pena pela Leitura, que é quando o reeducando possui o direito de remir sua pena por meio da leitura. Para ser implementado, a recomendação depende da aprovação do Juiz da Vara de Execuções Penais responsável pela região (FARIELLO, 2015). Em Florianópolis, universo dessa pesquisa, a Vara de Execuções Penais da Capital instituiu a recomendação nº 44 de 2013 por meio da Portaria nº 2, de 18 de dezembro de 2017 (SANTA CATARINA, 2017). A Lei Federal é nº 13.163 de 2015, a qual institui o ensino médio dentro das Penitenciárias brasileiras, modificando a LEP nº 7.210.

Assim sendo, este artigo versa sobre aspectos relacionados às bibliotecas prisionais e aborda a seguinte problema de pesquisa: qual a manifestação das colaboradoras em relação à importância da Biblioteca da Penitenciária de Florianópolis como espaço educacional e sociocultural? Para isso, contamos com o seguinte objetivo geral: levantar a manifestação das colaboradoras sobre a importância da Biblioteca da Penitenciária de Florianópolis enquanto espaço educacional e sociocultural. Portanto, especificamente se pretende apresentar as manifestações das colaboradoras sobre a importância da Biblioteca da Penitenciária de Florianópolis.

A escolha do tema desta pesquisa surgiu no primeiro semestre de 2016, a partir de um vídeo transmitido na disciplina Fontes de Informação, do curso de Biblioteconomia Habilitação em Gestão da Informação da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), no qual a bibliotecária Catia Lindemann relatava sua experiência com as bibliotecas das Penitenciárias do Rio Grande do Sul. Além disso, a participação da presente autora no Programa Novos Horizontes: a Universidade nos espaços de privação de liberdade.

Diante disso, este documento busca contribuir para a conscientização em relação à relevância das bibliotecas e das bibliotecárias nos espaços de privação de liberdade, dar visibilidade às populações carcerárias marginalizadas pela sociedade, além de tornar as pessoas conscientes do seu papel social em relação aos reeducandos e sabedoras das legislações que abrangem os ambientes do cárcere.

As bibliotecas no cárcere foram citadas no Brasil em 1984, por meio da Lei de Execuções Penais (LEP) nº 7.210. Brasil (1984) “artigo 21. Em atendimento às condições locais, dotar-se-á cada estabelecimento de uma biblioteca, para uso de todas as categorias de reclusos, provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos”. Em 1997, a *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA) disponibiliza diretrizes, que auxiliarão na implementação das bibliotecas em espaços de privação de liberdade, para as bibliotecas prisionais (TRINDADE, 2009, p. 47).

Todo e qualquer apenado tem o direito de utilizar os serviços da unidade, o acesso será limitado somente se as normas da biblioteca de alguma forma sejam descumpridas (LEHMANN; LOCKE, 2007, tradução nossa).

As bibliotecas vinculadas aos espaços de privação de liberdade “fornece materiais e serviços para as necessidades educacionais, informativas, culturais, vocacionais e recreativas dos reeducandos” (SHIRLEY, 2007, p. 1 tradução nossa). As bibliotecas das prisões:

Tem como objetivo dar suporte às atividades de ensino e aprendizagem fornecida pela instituição carcerária. De modo mais preciso, visa a criar leitores por meio de programas voltados ao incentivo, oferecer novas oportunidades aos apenados que buscam as bibliotecas como espaço de uso de fontes informacionais, promover os estudos e/ou simplesmente ocupar o tempo ocioso (TONIN; SOUZA, 2014, p. 52).

O coordenador geral de tratamento penitenciário do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), na época, foi entrevistado por Facciolla (2015) e descreve como acontece a escolha das obras para distribuição aos reeducandos. Marcus relata que as obras são escolhidas por uma cultura institucionalizada, onde as pessoas utilizam seus princípios morais e religiosos para impedir a entrada de “certos” livros. A escolha dos livros fica a critério do Conselho da Unidade Prisional.

Abrimos um parêntese aqui, pois imaginamos que em tal Conselho não tem a presença de uma bibliotecária com aptidão para executar um estudo de leitores e atuar de forma éticopolítica e refletir se não há censura às apenadas no repasse de livros. Ademais, segundo o relato de Marcus, são impedidos de entrar livros que possuem conteúdo erótico, de direitos e que de alguma forma, o entrevistado acredita que incentivarão a violência.

No que concerne aos serviços disposto nas unidades que estão inseridas nos espaços de privação de liberdade, Lehmann e Locke (2007, tradução nossa) recomenda: Serviço de referência; Orientação e instrução dos serviços disponíveis na biblioteca; Empréstimo entre bibliotecas; Disponibilidade de suporte informacionais para pessoas com algum tipo de deficiência.

Outra questão que deve ser pensada é a composição do acervo das bibliotecas nos espaços de privação de liberdade, questões como: Quais materiais e suportes informacionais deverão estar nesse acervo? A instituição tem espaço para reproduzir materiais em multimídia? Quais conteúdos são relevantes e irão suprir a necessidade informacional dos reeducandos? Quais as políticas de desenvolvimento de coleções para receber novas aquisições e doações? Quais autoras estarão compondo o acervo? Qual meio de divulgação será utilizado? Como será a distribuição dos materiais nas celas? E a pesquisa de comunidade? Quais reflexões devem ser feitas sobre a formação das leitoras e sobre o repasse de informações que visam o atendimento dos direitos, a promoção da autonomia, da educação e da cidadania dos reeducandos que lá estão?

Questionamos também a ausência da temática nos eventos da área de Biblioteconomia, visto que a Lei está vigorada desde 1984 e o primeiro evento que tive conhecimento no Brasil e que tinha a temática presente na programação foi realizado em 2016.

Neste caso, consideramos que a representatividade e o associativismo político da classe bibliotecária importam para que possamos entender esses espaços, suas convicções e condições, seus contextos e o que poderá ser realizado nessas ambiências. Além disso, é um ponto de partida para os profissionais começar a repensar em estratégias de como promover a implantação das bibliotecas nessa ambiência.

## **2 COMPLEXO PENITENCIÁRIO DE FLORIANÓPOLIS**

Em Santa Catarina, as Penitenciárias são vinculadas ao Departamento de Administração Prisional (DEAP), no qual o Programa Novos Horizontes: a Universidade nos espaços de privação de liberdade possui uma parceria. O DEAP tem como visão “administrar o Sistema Prisional Catarinense, de forma integrada, visando custodiar os reclusos e contribuir para sua reinserção social” (DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL, 2016, p. 1).

O Complexo Penitenciário de Florianópolis, conhecido como Penitenciária de Florianópolis e/ou Pedra Grande, localizado no bairro Agrônômica em Florianópolis/SC. Foi pensado em 1929 e construído em 1930 e, inicialmente contava com capacidade para aproximadamente 50 reeducandos (DIAS, 2010). O Complexo é composto por algumas alas inauguradas por etapas: Casa Velha, em 1930; Penitenciária Estadual de Florianópolis; Máxima, em 1989; Presídio Masculino; Presídio Feminino; Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (HTCP); Casa do Albergado; Centro de Observação e Triagem

(COT), em 2001; Centro de Triagem da Trindade (CTT), em 2010; Unidade Básica de Saúde (UBS), em 2015; Companhia de Policiamento e guarda (SOUSA, 2015).

A Biblioteca da Penitenciária de Florianópolis está localizada no prédio da Administração Geral dentro do Complexo Penitenciário de Florianópolis. Anteriormente<sup>5</sup> a Biblioteca chamava-se Biblioteca Conselheiro Nilton Leite da Costa<sup>6</sup>. De acordo com Nakayama (2011) em 1990, um incêndio foi detectado no prédio em que a Biblioteca está localizada atingindo parte do acervo da unidade e por esse motivo, em 2002 e 2003 aconteceu a reestruturação da mesma.

Esta biblioteca era gerida, naquele momento, por uma professora que atuava no Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA<sup>7</sup>) do Complexo da Penitenciária de Florianópolis, a mesma realizava a distribuição de materiais para os reeducandos do regime fechado. Enquanto isso, os reeducandos do regime semi-aberto tinham acesso à biblioteca mediante a autorização contavam com livros de poesia, literatura, contos, romances, clássicos, livros técnicos e didáticos.

Em 2011, a Biblioteca contava com uma bibliotecária atuante (NAKAYAMA, 2011). A Biblioteca da Penitenciária de Florianópolis no primeiro semestre de 2016 passou a ser composta pela seguinte equipe: bibliotecária e professora Daniella Camara Pizarro<sup>8</sup>, supervisora da unidade e com as estagiárias<sup>9</sup> do curso de Biblioteconomia Habilitação em Gestão da Informação da UDESC.

Em seguida, iniciamos a separação por classes<sup>10</sup> dos materiais que já estavam na instituição; a análise do estado físico, com os seguintes critérios: fungos, amarelamento das páginas, resquícos de traças ou cupins, obra incompleta, riscadas, amassadas, cortadas, espirais e capas duras<sup>11</sup>; quantidade<sup>12</sup> e atualização do conteúdo de cada exemplar. O software utilizado pela instituição é o Biblivre, um software livre com a capacidade de gerenciamento das obras inseridas, recuperação de informações

<sup>5</sup> Atualmente chama-se Biblioteca Penitenciária de Florianópolis

<sup>6</sup> Diretor penal que atuou no Complexo Penitenciário de Florianópolis no início dos anos 80, informação dada por um funcionário da instituição.

<sup>7</sup> No que se refere à educação prisional, em Santa Catarina é desenvolvida pelos Centros de Educação de Jovens e Adultos (CEJAS) vinculadas as Gerências Regionais de Educação (GEREDS) por meio do Programa de Educação nos Espaços de Privação de Liberdade. A educação no cárcere é dividida nas seguintes etapas: alfabetização, nivelamento, ensino fundamental e médio (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO; SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA, 2012).

<sup>8</sup> Por meio do Programa Novos Horizontes: a Universidade nos espaços de privação de liberdade, ação 3.

<sup>9</sup> Celina Medeiros (Programa Novos Valores do Estado de SC); Claudia Piconi (Programa Novos Valores do Estado de SC); Amabile Costa (Estágio Curricular Obrigatório) e Vinícius Trilha (Programa Novos Valores do Estado de SC).

<sup>10</sup> De acordo com a CDU (0 a 9).

<sup>11</sup> As últimas duas características citadas são relacionadas às questões de segurança do Complexo Penitenciário de Florianópolis.

<sup>12</sup> Os materiais que continham uma quantidade excessiva de exemplares, nós pegávamos três e o restante iria para descarte, desbastamento ou doação dependendo do seu estado físico.



referente ao acervo, cadastro de leitoras, renovação, empréstimo, devolução, entre outras atividades. Atualmente, a inclusão dos materiais no Biblivre está sendo realizada com êxito.

Nesta unidade, adotamos alguns aspectos para divulgação e disseminação de nossas obras como, por exemplo, o expositor onde uma vez por semana selecionamos quinze materiais referentes a uma determinada temática para deixar em evidencia. Já foram para o expositor livros referentes à temática africana e afro-brasileira, literaturas, obras dos vestibulares de 2017 e 2018, literatura infantil e infanto-juvenil, etc.

Em relação aos empréstimos realizados pela Biblioteca da Penitenciária de Florianópolis, as professoras e funcionárias têm direito a pegar emprestado um material por vez durante trinta dias. Ademais, no segundo semestre de 2017, começamos a realizar a seleção e empréstimo de livros para algumas alas do Complexo, são elas: CTT, cozinha e semi-aberto I e II.

Após terminada, a catalogação, indexação e classificação do acervo, será desenvolvida uma política de desenvolvimento de coleções, proposta de ações e atividades culturais e de formação de leitores. Ressalta-se que a penitenciária está propondo um projeto de remição da pena por meio da leitura, e a organização da biblioteca com a presença do curso de Biblioteconomia na sua rotina, tem colaborado para justificar a proposta em andamento. As atividades estão sendo continuadas com sucesso e a ação do Programa Novos Horizontes: a Universidade nos espaços de privação de liberdade referente as bibliotecas prisionais poderão ser expandidas para as demais Penitenciárias do Estado de Santa Catarina.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa tem caráter exploratório e descritivo, pois poderá explicitar os fatos de uma realidade; no que se refere à natureza, é aplicada, com análise qualitativa dos dados. O estudo foi realizado no Complexo Penitenciário de Florianópolis, que possui uma biblioteca que atende apenas à ala masculina. A coleta de dados foi realizada nos meses de setembro e outubro de 2017, por meio de questionários entregues presencialmente e via e-mail para 8 colaboradoras do Complexo, tendo sido obtidos sete questionários respondidos: três professoras; a gerente de saúde, ensino e promoção social; dois agentes penitenciários e um chefe de segurança.

No que se refere à natureza é aplicada. A natureza aplicada tem como objetivo a “aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 35). Com relação ao problema apresentado neste artigo caráter é qualitativo. A pesquisa qualitativa “não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o

aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 31).

Quanto aos procedimentos técnicos possuem caráter bibliográfico. A pesquisa bibliográfica inclui o levantamento de materiais científicos já publicados em diversos suportes informacionais (FONSECA, 2002). Nesta pesquisa “o pesquisador tem de ter o cuidado de selecionar e analisar cuidadosamente os documentos a pesquisar de modo a evitar comprometer a qualidade da pesquisa com erros resultantes de dados coletados ou processados de forma equivocada” (FONSECA, 2002, p. 32).

O instrumento de coleta de dados foi composto de quatro perguntas relacionadas ao perfil dos respondentes (idade, gênero, dados de escolaridade e cargo) e oito perguntas abertas relacionadas à percepção dos respondentes sobre a dimensão da Biblioteca da Penitenciária de Florianópolis, projetos relacionados às leituras, quais tipos de bibliotecas os entrevistados frequentaram, qual sua experiência e sua vivência com bibliotecas, para quem e para que a Biblioteca da Penitenciária de Florianópolis existe, quais são seus serviços. Para a análise dos dados, empregamos a análise de conteúdo de Bardin (2016, p. 31) que, segundo a autora, “não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; [...] marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações”.

A análise de conteúdo de Bardin é dividida em três fases, são elas: a) pré-análise; b) exploração do material e c) tratamento dos resultados: a inferência e a interpretação. A Pré-Análise é a fase de organização, sistematização e operacionalização de dados da pesquisa, nela existem algumas missões. Neste artigo utilizaremos a escolha dos documentos que serão submetidos a análise, no caso os questionários. Esta é a fase que também acontece a leitura flutuante que determina uma relação entre os documentos que devem ser analisados e conhecer o conteúdo de cada um deles.

Para a presente pesquisa utilizaremos como corpo documental os questionários respondidos pelas colaboradoras do Complexo Penitenciário de Florianópolis, são elas: três professoras; a gerente de saúde, ensino e promoção social; dois agentes penitenciário e um chefe de segurança. Os questionários foram aplicados, no mês de setembro e outubro, e coletados de duas maneiras: presencialmente e via e mail.

Em conformidade com Bardin (2016, p. 131) a segunda fase se refere a exploração do material, é uma fase longa, “consiste essencialmente em operações de codificação, decomposição ou enumeração, em função de regras previamente formuladas. O material a ser explorado serão os questionários coletados com os funcionários. Este artigo tem como um de seus objetivos apresentar as manifestações das

colaboradoras sobre a relevância da Biblioteca da Penitenciária de Florianópolis, portanto, utilizaremos categorias que classificarão suas manifestações e percepção de importância em relação à biblioteca.

As categorias são para Bardin (2016, p. 111) “rubricas ou classes, que reúnem um grupo de elementos (unidades de registro, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento efectuado em razão dos caracteres comuns destes elementos”. A terceira etapa é a análise, categorização das respostas e apresentação dos resultados, para isso as seguintes características foram instituídas: Vivência e experiência em bibliotecas; Percepção em relação à Biblioteca da Penitenciária de Florianópolis e; Papel da Biblioteca e atendimento às apenadas.

#### **4 VIVÊNCIAS E EXPERIÊNCIAS EM BIBLIOTECAS**

Todos os entrevistados frequentaram bibliotecas dos mais diversos tipos, tais como: universitária, escolar, pública e prisional. Suas experiências com as bibliotecas, na maioria das vezes, foram para suprir alguma demanda que necessitavam.

Para uma das entrevistadas, segundo suas palavras, a sua experiência foi “adquirir, pesquisar e estudar os aprimoramentos” para compreender o papel da Biblioteca da Penitenciária de Florianópolis. Ressalta-se que esta colaboradora tem como atribuição a responsabilidade de gerir a educação na penitenciária e, portanto, a biblioteca está diretamente sob sua supervisão, embora não tenha formação em Biblioteconomia. Esta entrevistada também frequentou biblioteca universitária na ocasião de sua formação profissional.

Outros entrevistados, relatam suas experiências no sentido de obter conhecimentos em diversas áreas por meio de pesquisas e estudos nas bibliotecas em que frequentaram. Apresentam também, suas vivências com as bibliotecas no período em que estavam no Ensino Médio, onde as suas professoras solicitavam trabalhos referente aos conteúdos ministrados nas disciplinas estudadas.

Os entrevistados explicitam a realização de empréstimos feitos nas bibliotecas que frequentaram e seus momentos de lazer, realizando leituras, conhecendo novos conteúdos, como uma das entrevistadas ressalta ‘viajando’ pelas histórias que ela lia. Uma outra entrevistada conta sobre sua experiência nas bibliotecas, explicita o quanto sua Professora de Português (do ensino regular) incentivou seu hábito de ler e escrever (com isso, a entrevistada atualmente é autoradois livros) e hoje, perpassa sua aprendizagem e experiência em relação ao incentivo à leitura e a escrita aos seus alunos do Complexo Penitenciário. Essa mesma entrevistada auxiliou as bibliotecárias vinculada à uma instituição de ensino, a



qual ela trabalhou como professora, na elaboração de projetos, na contação de histórias e na escolha, juntamente com as bibliotecárias, de materiais voltados para sua especialidade, literatura inglesa.

Nesse sentido, os participantes relataram suas experiências em bibliotecas ao longo de suas trajetórias profissionais e pessoais. Pode-se perceber que metade dos entrevistados manifestaram interesse em frequentar mais o ambiente da biblioteca. Inclusive, verbalizaram esta experiência como “muito válida” e “positiva”.

## **5 PERCEPÇÃO EM RELAÇÃO À BIBLIOTECA DA PENITENCIÁRIA DE FLORIANÓPOLIS**

A maioria dos entrevistados, frequenta a Biblioteca da Penitenciária de Florianópolis, utilizando a mesma para realização de empréstimos de materiais, tanto para uso pessoal, quanto para trabalhar com os reeducandos dentro da sala de aula. Desta forma, a biblioteca tem sido utilizada para buscar materiais que atendam às solicitações feitas pelos reeducandos, já que elas não têm acesso à esta unidade de informação.

Como a biblioteca fica no prédio administrativo do Complexo e não está acessível à circulação dos apenados, o empréstimo de livros é realizado por meio de um memorando, autorizado pelo chefe de segurança.

No caso de um entrevistado, a Biblioteca subsidia o andamento do Projeto de Inclusão do Recluso à Leitura (PIRAL). É coordenado por um agente prisional do Complexo Penitenciário de Florianópolis, um dos objetivos deste Projeto é a distribuição de livros os reeducandos da instituição, no qual são enviados todos mês cerca de 100 livros do acervo para algumas alas da penitenciária. Destaca-se que está em andamento a aprovação da remição da pena por meio da leitura, sendo assim, futuramente, estas leituras contarão para diminuir a permanência no cárcere.

Outra percepção obtida por meio de um relato, foi a de uma entrevistada nunca ter utilizado a Biblioteca até o momento da entrevista pois “Não utilizo a biblioteca da Penitenciária, apenas dividimos o mesmo espaço (coordenação, sala dos professores e biblioteca) mas nunca emprestei livros”.

Para os funcionários da Penitenciária de Florianópolis que participaram da pesquisa, a Biblioteca deve ter um acervo organizado, emprestar livros, incentivar a leitura e mostrar seu prestígio e ainda, disponibilizar conhecimentos à comunidade carcerária (que para eles são somente os apenados do

Complexo, não incluindo os funcionários). Destaca-se que a penitenciária feminina, infelizmente, não é atendida por esta biblioteca<sup>13</sup>.

Alguns entrevistados tecem algumas críticas em relação à falta de hábito dos funcionários em geral de frequentar a Biblioteca, bem como a falta de tempo para isso. Percebemos por essa fala, há o interesse em ir à Biblioteca e incorporá-la no expediente laboral.

No que concerne aos serviços esperados pela Biblioteca, os entrevistados abordam os seguintes pontos: empréstimo aos leitores e funcionários dos setores do Complexo Penitenciário de Florianópolis, já que atualmente, só algumas alas recebem os materiais, atendimento ao Projeto supracitado referente a distribuição de livros aos reeducandos, manutenção e organização do acervo, disponibilização e assessoria à palestras que irão incentivar a leitura, realização de oficinas e contação de histórias.

Ainda no que concerne à esta categoria, fora dos relatos coletados, acrescentamos que, no tempo em que uma das autores deste artigo realizou seu estágio curricular obrigatório, no primeiro semestre de 2016, se observou que as professoras frequentavam a biblioteca em suas horas de intervalo para realização de leituras pessoais, correção de provas e atividades realizadas pelos apenados, montagem de plano de aula, atualização das frequências e notas no sistema (já que a Biblioteca conta com computadores), para descanso e lazer. A Biblioteca da Penitenciária de Florianópolis está ligada, fisicamente, à sala das professoras e coordenação do CEJA.

## **6 PAPEL DA BIBLIOTECA E ATENDIMENTO OS APENADOS**

No que diz respeito as ações voltadas à promoção da leitura aos apenados dentro do Complexo Penitenciário de Florianópolis apoiam. Nesse sentido, acrescentam e informam alguns pontos importantes que devem ser implementados ou aperfeiçoados na Biblioteca da Penitenciária de Florianópolis, são eles: auxiliar na interpretação de texto com atividades elaboradas juntamente com as professoras do Complexo.

Um dos apontamentos informados, diz respeito a “ocupação da mente” dos reeducandos com as informações provenientes dos itens bibliográficos, já que há procura e vontade de ler por parte dos reeducandos<sup>14</sup>.

<sup>13</sup> A penitenciária feminina embora fique dentro do Complexo Carcerário, está geograficamente e isolada e tem sua própria biblioteca. Ademais, possui gerências de saúde, educação e promoção social distintas da penitenciária masculina. Segundo relatos de algumas pessoas, atualmente, a Biblioteca não está em condição de uso e de preservação dos materiais de seus acervos, e assim, dificultando o acesso dos materiais às reeducandas.

<sup>14</sup> Na ocasião da realização do estágio pela Amabile Costa, foi realizada uma conversa com os apenados responsáveis por cada ala prisional, onde foram solicitados alguns títulos e levantados os gostos literários dos reeducandos. Dessa forma, foi possível perceber que existe demanda informacional e gosto pela leitura.

Outro ponto relatado, é que a Biblioteca da Penitenciária de Florianópolis continuará auxiliando na organização, separação e distribuição de livros para o Projeto PIRAL, que está em andamento, e posteriormente contribuirá no Projeto Remição de Pena pela Leitura, assim que for aprovado pelo juiz da Vara de Execuções Penais.

De acordo com os entrevistados, a Biblioteca tem papel fundamental no hábito e promoção da leitura, do constante aprendizado e da prática da escrita. Uma das entrevistadas ressaltou que não existe idade adequada para estudar. Para isso, segundo esta participante, a biblioteca pode oferecer contações de histórias, oficinas sobre escrita e leitura.

Por outro lado, alguns participantes manifestaram o interesse em utilizar a Biblioteca no dia-a-dia, realizando empréstimos pessoais e também, frequentando o ambiente da Biblioteca para leituras pessoais, descanso e lazer.

Nessa direção, a Biblioteca da Penitenciária de Florianópolis tem um papel socioeducativo e cultural. No que tange ao caráter educativo, destaca-se o suporte ao desenvolvimento dos projetos educacionais do CEJA, no fornecimento de materiais (livros, mapas, revistas, entre outros) para o uso na “cela” de aula e na promoção da leitura. E ainda, a biblioteca também tem papel social e cultural, enfatiza-se o seu potencial para promoção da leitura, no que diz respeito ao Projeto PIRAL e à remição da pena.

Ademais, apenas um entrevistado mencionou estar “descrente sobre algum tipo de ressocialização de detentos através da leitura, porque pela minha experiência, nada feito por eles [os apenados], é feito de boa vontade. Tudo tem que ter uma vantagem, tudo tem que ter uma remição ou é um jeito deles conseguirem algum contato para conseguir algo para eles ou para facção”. Assim, percebe-se sua descrença em relação ao potencial educativo e transformador da leitura e de forma indireta, por esta lógica, a biblioteca não teria então, credibilidade e importância. Entretanto, quando se perguntou sobre a importância da biblioteca, ele respondeu que achava ser importante.

## **7 RELEVÂNCIA DA BIBLIOTECA DA PENITENCIÁRIA DE FLORIANÓPOLIS**

A partir das categorias descritas, esta seção traz a discussão dos dados coletados sobre a manifestação de interesses dos funcionários sobre a biblioteca. Pode-se compreender que as percepções em relação à Biblioteca da Penitenciária de Florianópolis estão focadas em torno dos serviços que serão prestados pela mesma.

Nessa direção, a Biblioteca é importante para esses funcionários tendo em vista a organização de seu acervo e o empréstimo de livros. Tal atividade foi verificada de duas formas: empréstimo para uso pessoal dos funcionários e empréstimo aos apenados.

O repasse de livros aos reeducandos, segundo os entrevistados, foi identificado de duas formas. A primeira para uso produtivo do tempo, no sentido de uma ação socioeducativa e cultural; e a segunda, visando a remição da pena por meio da leitura. Independente da finalidade do empréstimo, entende-se que a biblioteca tem papel central no incentivo à leitura e à escrita. Ações como estas são necessárias, visto que a maioria da comunidade carcerária brasileira, de acordo com o Moura e Ribeiro (2014), possui ensino fundamental incompleto (53%).

Diferentemente desta visão, um entrevistado, alegou não acreditar na ressocialização de detentos por meio da leitura, e dessa forma, indiretamente, atribui pouca importância ao papel da Biblioteca no cárcere. No entanto, já de conhecimento, que o ato de ler possui várias propriedades e atividades que irão trazer ao leitor prazer, habilidade de criar e obter conhecimentos, estimular a “criatividade e o raciocínio, capacidade de interpretação e interação social. Ademais, a leitura desperta o espírito crítico e promove a cidadania ativa, de forma que torna um indivíduo apto para reescrever a realidade e poder se mover com autonomia dentro dela. (FREIRE, 1989; BRITO, 2010; PETIT, 2008).

Portanto, percebemos o quanto a biblioteca, principalmente com a presença de um bibliotecário em sua equipe, é capaz de desenvolver ações socioeducativas e culturais que contemplem a formação de leitores na comunidade carcerária e no quadro de funcionários do Complexo.

Ao lembrarmos Carvalho (2015), as bibliotecas prisionais visam o estimular a leitura, e buscam a democratização do acesso aos livros, no sentido de desenvolverem atividades educativas e culturais que o contexto de ressocialização do apenado. Nesse sentido, faz-se importante o conhecimento dos bibliotecários atuando dentro destes espaços a fim de mediar a informação para os leitores. E ainda, como por exemplo, para promover ações culturais como exposição com desenhos e materiais produzidos pelos reeducandos, conforme relatado por uma entrevista nesta pesquisa.

Constatamos também, que os entrevistados possuem consciência de que a Biblioteca da Penitenciária de Florianópolis tem como público-alvo principal os reeducandos do Complexo, já que a maioria dos participantes voltam seu olhar, em relação aos serviços e atividades, para a comunidade carcerária.

Além disso, percebemos por meio de um dos entrevistados que há o interesse dos funcionários em frequentar esta Biblioteca. Para tanto, acreditamos que ações voltadas a divulgação, por meio da

elaboração de materiais informativos sobre a relevância da Biblioteca com vistas à formação de consciência tanto com dos reeducandos, quanto com dos funcionários para o uso da biblioteca e incentivo à leitura. É essencial ainda, que estas ações se estendam na cultura organizacional da penitenciária buscando o apoio integral da instituição.

Nesse sentido, formações poderão ser realizadas (com funcionários e comunidade carcerária do Complexo Penitenciário de Florianópolis) evidenciando a conscientização do que é uma Unidade de Informação, das especificidades de uma biblioteca dentro da Penitenciária, seus objetivos, seus serviços prestados, horário de funcionamento, participação da bibliotecária em sala de aula e em outras alas dentro do Complexo, acesso à informação, incentivo e formação de leitoras e ainda, explicitar os benefícios desses espaços para os reeducandos que não tiveram contato fora do sistema prisional catarinense.

Ademais, não identificamos nas respostas das entrevistadas o relato da presença e a seriedade de bibliotecário dentro dos espaços de privação de liberdade. De acordo com a literatura apresentada neste artigo, percebemos que as bibliotecas prisionais brasileiras não contam com bibliotecárias.

Lembramos ainda, que a LEP de 1984 prevê a existência de bibliotecas nas unidades penais entretanto, até agora, pouco se fala na categoria profissional, por meio de suas associações e órgão de classe, sobre esta temática. Assim como, pouco tem se publicado nesta área, tendo em vista o levantamento feito.

Por fim, os entrevistados explicitam a parceria com a UDESC por meio do Programa Novos Horizontes: a Universidade nos espaços de privação de liberdade, demonstram o quanto foi importante a participação do Programa no Complexo Penitenciário de Florianópolis, com as seguintes ações: implementação do vestibular da UDESC; organização e estrutura da Biblioteca da Penitenciária de Florianópolis; distribuição de livros pelo Complexo; doação de materiais; entre outros. Ressaltam a excelência do trabalho realizado pela equipe do Programa.

Além disso, pontuamos as ações de extensão universitária, como o referido programa pois a partir delas, a biblioteca prisional ganha visibilidade da própria instituição penal, ações são planejadas em benefício dos apenados e os estudantes de Biblioteconomia têm a oportunidade de se aproximarem dessa realidade tão triste e quem sabe, futuramente, contemplarem esse novo campo de atuação em suas práticas.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Encontramos algumas limitações enquanto realizávamos esta pesquisa. Inicialmente, a coleta de dados seria realizada por meio de entrevistas gravadas, mas não obtivemos a anuência dos gestores da instituição e optamos, portanto, pela aplicação dos questionários. Outra limitação foi a escassa produção de materiais bibliográficos na temática de bibliotecas prisionais. Além disso, destacamos as dificuldades em obter o retorno das respondentes, já que algumas demoraram ou não responderam o questionário.

Portanto, as bibliotecas prisionais estarão suprindo as necessidades informacionais da comunidade carcerária, visto que a LEP nº 7210 de 1984 determina a assistência educacional aos reeducandos. Além disso, a disseminação da informação dentro dos espaços de privação de liberdade aos apenados faz com que eles saibam seus direitos e deveres, envolve a comunidade carcerária com o ensino e a educação, auxilia na elaboração de projetos de vida em novas perspectivas e oportunidades para enquanto estiverem dentro dos espaços de privação de liberdade, quanto para fora dos mesmos. Auxiliará em momento de lazer e ações que envolvam as famílias e as visitas, incentiva à leitura e à escrita, à formação acadêmica e a prestar os vestibulares das Universidades que atuam dentro desses espaços.

Além disso, pontuamos a importância de ações de extensão universitária, como o referido programa pois a partir delas, a biblioteca prisional ganha visibilidade da própria instituição penal, ações são planejadas em benefício dos apenados e os estudantes de Biblioteconomia têm a oportunidade de se aproximarem dessa realidade tão triste e quem sabe, futuramente, contemplarem esse novo campo de atuação em suas práticas.

Concluimos que as bibliotecas prisionais, quando implementadas, podem ser importantes instrumentos de transformação social e de vida de apenados e ex-apenados e que é necessária a realização de ações que visem à sua implementação e manutenção dentro dos sistemas prisionais brasileiros.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016. 220 p.

BRASIL. Presidência da República. **7.210, de 11 de Julho de 1984**. Brasília, Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L7210.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210.htm)>. Acesso em: 18 maio 2016.

BRASIL. Presidência da República. **12.433, de 29 de Junho de 2011**. Brasília, Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/112433.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112433.htm)>. Acesso em: 04 maio 2016.



BRASIL. **Decreto nº 7.626, de 24 de Novembro de 2011.** Brasília, Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7626.htm)>. Acesso em: 26 nov. 2018.

BRASIL. **Recomendação nº 44, de 26 de Novembro de 2013.** Brasília, Disponível em:

<<https://www.conjur.com.br/dl/portaria-44-cnj.pdf>>. Acesso em: 26 nov. 2018.

BRASIL. Presidência da República. **13.163, de 09 de Setembro de 2015.** Brasília, Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato20152018/2015/Lei/L13163.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20152018/2015/Lei/L13163.htm)>. Acesso em: 18 maio 2016.

BRITO, Danielle Santos de. A importância da leitura na formação social no indivíduo. **Periódico de Divulgação Científica da Fals**, São Paulo, n. 8, p.1-35, jun. 2010. Disponível em:

<[http://www.fals.com.br/revela12/Artigo4\\_ed08.pdf](http://www.fals.com.br/revela12/Artigo4_ed08.pdf)>. Acesso em: 19 set. 2017.

CARVALHO, Cristina de. **Bibliotecas em presídios femininos: experiências com projetos de leitura.** [Trabalho de conclusão de curso]. São Paulo: UNIFAI – Centro Universitário Assunção, 2015.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL (Santa Catarina). **Unidades prisionais.**

Disponível em: <<http://www.deap.sc.gov.br/index.php/unidades-prisionais>>. Acesso em: 06 maio 2017.

DIAS, Fábio Coelho. A penitenciária de Florianópolis e sua evolução no tempo. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIII, n. 81, out 2010. Disponível em:

<[http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=8454](http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8454)>. Acesso em: 17 maio 2017.

FACCIOLLA, Alexandre. Leituras do cárcere: desde 2012, projeto reduz pena de detentos por meio da leitura; veja quais são os livros mais lidos nas penitenciárias. **Revista Educação**. 2015. Disponível em:

<<http://revistaeducacao.uol.com.br/textos/0/leituras-do-carcere-308878-1.asp>>. Acesso em: 21 maio 2016.

FARIELLO, Luiza de Carvalho. **Remição pela leitura já é realidade em diversos presídios brasileiros.**

2015. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/79760-remicao-pelaleitura-ja-e-realidade-em-diversos-presidios-brasileiros>>. Acesso em: 21 maio 2016.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica.** São Carlos: Serviço de Biblioteca e Informação, 2002. 127 p. Disponível em:

<<http://197.249.65.74:8080/biblioteca/bitstream/123456789/716/1/Metodologia%20da%20Pesquisa%20Cientifica.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2017.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam.** São Paulo: Cortez, 1989. 49 p.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 120 p.



LEHMANN, Vibeke; LOCKE, Joanne. **Pautas para servicios bibliotecarios para reclusos**. [s. d.]: IFLA, 2007. 24 p. Disponível em: <<https://www.ifla.org/files/assets/hq/publications/professional-report/99.pdf>>. Acesso em: 27 maio 2017.

NAKAYAMA, Andréa Rettig. **O trabalho de professores/as em “um espaço de privação de liberdade”: necessidades de formação continuada**. 2011. 238 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/94745/296966.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 15 maio 2017.

MOURA, Tatiana Whately de; RIBEIRO, Natália Caruso Theodoro. **Levantamento nacional de informações penitenciárias (INFOPEN)**. [s.l.]: Ministério da Justiça, 2014. 148 p. Disponível em: <<https://www.justica.gov.br/noticias/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopenesta-terca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf>>. Acesso em: 08 fev. 2017.

PETIT, Michèle. **Os jovens e a leitura: uma nova perspectiva**. São Paulo: Ed. 34, 2008. 192 p.

SANTA CATARINA. PODER JUDICIÁRIO. VARA DE EXECUÇÕES PENAIIS DA CAPITAL. **Portaria N.º 02, de 18 de Dezembro de 2017**. Santa Catarina, Disponível em: <<http://sites.unisul.br/nesc/wp-content/uploads/2017/12/Portaria-Remic%CC%A7a%CC%83o-pela-Leitura.doc.pdf>>. Acesso em: 26 nov. 2018.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO; SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA. **Plano Estadual de Educação em Prisões**. Florianópolis: Governo do Estado de Santa Catarina, 2012. 96 p. Disponível em: <[http://justica.gov.br/seusdireitos/politica-penal/politicas-2/educacao-no-sistema-prisonal/planos-estaduais-deeducacao-nas-prisoos/peep\\_sc-cd-mec.pdf](http://justica.gov.br/seusdireitos/politica-penal/politicas-2/educacao-no-sistema-prisonal/planos-estaduais-deeducacao-nas-prisoos/peep_sc-cd-mec.pdf)>. Acesso em: 06 maio 2017.

SHIRLEY, Glennor. **Censorship and Prison Libraries**. 2007. Disponível em: <<http://olos.ala.org/columns/?p=100>>. Acesso em: 02 jun. 2017.

SOUSA, Caroline de São Leão. **A entrevista inicial no processo de trabalho do assistente social na Penitenciária Estadual de Florianópolis**. 2015. 70 f. TCC (Graduação) - Curso de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Cap. 2. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/156674>>. Acesso em: 03 mar. 2017.

TONIN, Jaciana de Holanda Costa; SOUZA, Edivanio Duarte de. A seleção de fontes de informação em Bibliotecas Prisionais do Estado de Alagoas: do direito às condições de acesso à informação do usuário apenado. **Ciência da Informação em Revista**, Maceió, v. 1, n. 1, p.47-63, jan. 2014. Disponível em: <<http://www.seer.ufal.br/index.php/cir/article/view/1303/904>>. Acesso em: 20 maio 2017.

TRINDADE, Leandro Lopes. **Biblioterapia e as bibliotecas de estabelecimentos prisionais: conceitos, objetivos e atribuições**. 2009. 118 f. Monografia (Especialização) - Curso de Biblioteconomia, Universidade de Brasília, Brasília, 2009. Disponível em: <[http://bdm.unb.br/bitstream/10483/944/1/2009\\_LeandroLopesTrindade.pdf](http://bdm.unb.br/bitstream/10483/944/1/2009_LeandroLopesTrindade.pdf)>. Acesso em: 03 mar. 2017.

